

# PMDB deve fechar acordo sobre soberania esta semana

Da Sucursal de Brasília



O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, e o grupo "pró-soberania" do PMDB, iniciaram ontem os entendimentos para, até o fim desta semana, fechar um acordo em torno da questão da soberania do Congresso constituinte. A tendência é formar um bloco que, composto por mais de 280 parlamentares (número que garante a maioria absoluta dos votos), apóie a modificação de alguns pontos da atual Constituição, sem suprimir artigos que possam comprometer a estabilidade do governo Sarney.

Estes pontos são a declaração de transitoriedade do mandato do presidente Sarney —defendida pelo PDT, PT e PC do B— e a revogação pura e simples do decreto-lei, que deverá ser usado por Sarney na adoção das novas medidas econômicas em preparo. E deles o governo não abre mão. O Planalto concorda, porém, com a convocação da Câmara e do Senado apenas em caráter extraordinário —como quer o bloco "pró-soberania".

O grupo reivindica a revogação de itens da Constituição de 67 e 69 considerados como parte do "entulho autoritário". O estado de emergência, previsto no artigo 158, é um deles. Os peemedebistas concordam, porém, com a manutenção das medidas de emergência, cuja adoção terá que passar pela aprovação do Congresso constituinte.

O grupo "pró-soberania" não pretende acabar com o decreto-lei. Quer que ele possa ser emendado pelo Legislativo. Ainda neste item, propõe a inversão do decurso de prazo. Ou seja, ao invés de ser aprovado, caso não seja votado em sessenta dias, o decreto-lei será rejeitado.

Na questão das prerrogativas, os peemedebistas propõem a suspensão



Sant'Anna (à esq.) conversa com Maurílio Ferreira Lima no plenário da Câmara

do parágrafo único do artigo 154 da atual Constituição, que dá ao Supremo Tribunal Federal a atribuição de suspender os direitos políticos de um parlamentar com a consequente cassação do mandato, sem licença da

Câmara ou do Senado, desde que acionado pela Procuradoria Geral da República. Ainda nesse ponto, querem que o orçamento da União possa ser emendado pelo Legislativo. Atualmente o presidente da República

manda a proposta de orçamento ao Congresso e cabe aos parlamentares apenas aprová-la. Virgildásio de Senna, do grupo "pró-soberania", disse que o Congresso constituinte não poderá alterar as dotações orçamentárias, mas teria a possibilidade de remanejá-las e mudar as prioridades.

"Tomamos o cuidado, como pessoas preocupadas com a tranquilidade, a disciplina e a ordem, de não fazer a supressão de dispositivos para deixar vácuos", declarou Antônio Brito. As propostas foram definidas, na noite da última terça-feira, durante reunião na casa do deputado Virgildásio de Senna, que contou com a presença de cerca de setenta peemedebistas.

Feitas as alterações, o grupo propõe que o Congresso constituinte baixe uma norma determinando que outras alterações só serão feitas com o quórum de dois terços de parlamentares, possibilidade que já existe, desde que levada ao Congresso Nacional. O deputado Maurílio Ferreira Lima disse, porém, que a proposta de auto-limitação seria feita por Sant'Anna, já que não houve consenso sobre o assunto na reunião.

"Hoje não evoluímos nada. Pelo contrário, voltamos a etapas já vencidas anteriormente", disse Maurílio. Segundo ele, está sendo procurado o bom senso. "Se não chegarmos a um acordo, estará provado que não somos nós os intransigentes", complementou.

Hoje Sant'Anna levará as propostas dos peemedebistas ao presidente Sarney. Ainda ontem, iniciou contatos com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães e líderes do partido para tentar o acordo interno. Em seguida, vai procurar apoio nos "partidos aliados", para formar um bloco que aprove apenas as mudanças acordadas, sem colocar em risco os interesses do Planalto.

O próprio Virgildásio de Senna disse que a saída é formar uma maioria absoluta capaz de aprovar as propostas num curto espaço de tempo.

AS PROPOSTAS SOBRE A SOBERANIA		
Autor	Articuladores	Conteúdo
Cúpula do PMDB	Fernando Henrique Cardoso (SP), Leopoldo Peres (AM) e Ulysses Guimarães (SP)	A Constituinte declara-se soberana para, eventualmente, agir como tal. A princípio, não altera a atual Constituição. Só o faria em caso de extrema necessidade, ou seja, se algum dos artigos da atual Constituição constituir-se num empecilho para a elaboração da nova Carta.
Grupo "pró-soberania" do PMDB	Antônio Brito (RS), Virgildásio Senna (BA), Maurílio Ferreira Lima (PE) e Bernardo Cabral (AM)	Retira da atual Constituição o estado de emergência; mantém o decreto-lei, mas, uma vez não votado no tempo estipulado (60 dias), o decreto é rejeitado, e não aprovado por decurso de prazo; fim dos poderes que permitem somente ao presidente da República legislar sobre matéria financeira; após as modificações, a Constituinte se autolimitaria.
PDT	Brandão Monteiro (RJ)	Durante toda a sua existência, o Congresso constituinte pode alterar a atual Constituição.
PT	José Genoio (SP)	Fim da Lei de Greve, decreto-lei, medidas e estado de emergência; transitoriedade do mandato do presidente da República, cujo prazo de duração seria definido pela Constituinte; conquista plena das prerrogativas dos parlamentares; e Constituinte exclusiva, sem autolimitação.
PC do B	Aldo Arantes (GO) e Haroldo Lima (BA)	Fim da Lei de greve, decreto-lei, medidas e estado de emergência; transitoriedade do mandato do presidente da República; conquista plena das prerrogativas dos parlamentares; Constituinte exclusiva e fim dos poderes que permitem somente ao presidente da República legislar sobre matéria financeira.
PCB	Roberto Freire (PE)	A Constituinte exerce sua soberania, podendo até convocar ministros. Todos os pontos polêmicos passarão por negociações com os demais partidos.

1) O PSB não tem uma proposta de soberania. Acompanha o PDT, PC do B, PCB e PT nas reuniões.

2) O PDC, que vem articulando-se com o grupo moderado, participou da primeira reunião pró-soberania na noite da última terça-feira. Não tem proposta.

3) O PFL, o PDS, o PL e o PTB não defendem a soberania.

## Projeto de regimento interno prevê dez minutos diários na TV e rádio

O relator do projeto de regimento interno do Congresso constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 55, definiu ontem sua proposta para a divulgação pela mídia eletrônica dos trabalhos constituintes: na televisão, serão transmitidos dois blocos noticiosos de cinco minutos diariamente, entre 12h e 14h, e entre 19h e 22h. No rádio, haverá o mesmo tempo de divulgação, só que em horários diferentes —entre 7h e 9h e de 12h às 14h.

Segundo a proposta de regimento, que Fernando Henrique pretende submeter hoje às demais lideranças partidárias, o Congresso constituinte também poderá requisitar até uma hora por mês nos horários das emissoras de rádio e televisão. Este tempo seria utilizado para a transmissão de debates. No caso das TVs educativas, esta hora mensal de transmissão dos debates seria obrigatória.

### Radiobrás

O texto elaborado por Fernando Henrique prevê uma terceira forma de divulgação dos trabalhos da Constituinte nas emissoras de rádio: o horário do programa "Projeto Minerva" poderá ser requisitado. Antes mesmo de ser submetido aos líderes, este trecho do documento causou polêmica: "Isso significa descobrir um santo para cobrir outro. Precisamos lembrar que o Projeto Minerva tem uma função social importante. É um programa educativo", afirmou, por exemplo, o senador João Calmon (PMDB-ES).

A produção dos programas para o rádio e para a televisão será de responsabilidade da Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). E o espaço que a "Voz do Brasil", programa radiofônico da Empresa Brasileira de Notícias, dedica diariamente à divulgação de notícias do Congresso constituinte passará a chamar-se "Voz da Constituinte", de acordo com o projeto de regimento.

O substitutivo do senador elimina a obrigatoriedade da publicação de súmula dos trabalhos diariamente nos jornais. Os serviços de divulgação da Câmara e Senado serão também mobilizados para a produção de noticiário, que deverá ser enviado às Câmaras Municipais, Prefeituras, governos e Assembleias estaduais, sindicatos e entidades representativas e até mesmo a cidadãos que solicitarem este serviço.



Os parlamentares debatem a questão da soberania no plenário da Constituinte

As comissões constitucionais, segundo o projeto do senador paulista, seriam oito —subdivididas em três subcomissões cada—, além de uma de sistematização e redação. As oito comissões propostas são: Declaração dos Direitos do Homem e da Mulher, Organização Federal, Organização Política, Organização Eleitoral e Garantias das Instituições; Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, Ordem Econômica, Ordem Social, e Educação, Cultura, Saúde, Esportes, Comunicação, Ciência e Tecnologia.

A comissão de sistematização deverá ser composta pelos presidentes e relatores de cada uma das outras oito comissões, os relatores de cada uma das 24 subcomissões e mais ainda 45 representantes indicados pelas lideranças partidárias.

A proposta prevê que cada comissão terá noventa dias de prazo para seus trabalhos. A comissão de redação e sistematização terá trinta, depois de receber os projetos das demais. Na terça-feira, o senador Fernando Henrique Cardoso disse

que cada uma das oito comissões deverá ser composta por 63 constituintes indicados pelos partidos.

Ao deixar seu gabinete, no final da tarde de ontem, para uma reunião da bancada peemedebista no Senado, Cardoso confirmou que rejeitará as emendas dos deputados Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e José Genoio (PT-SP), que permitiam aos constituintes a apresentação de projetos referentes a outros assuntos que não os da elaboração da nova Carta. Essas emendas permitiriam que o Congresso constituinte modificasse a atual Constituição.

Cardoso disse também que pretendia propor que os partidos com bancadas inferiores a quinze parlamentares se unam num bloco e indiquem um único líder. Como todas as lideranças partidárias colocaram-se contra a proposta, ele deixará a questão em aberto até que a bancada do PMDB na Câmara se pronuncie. Ontem, ele reuniu-se com 14 das 23 mulheres constituintes. Ficou acertado que cada comissão terá pelo menos uma mulher.